



Tendências da Pesquisa
Brasileira em
Ciência da Informação

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO: delimitações teóricas para a área de Ciência da Informação¹

*THE INFORMATION LITERACY AS AN ALLIED IN THE WOMEN
EMPOWERMENT PROCESS: theoretical delimitations for the area of
Information Science*

Eliane Pellegrini²
Elizete Vieira Vitorino³
Karolyna Marin Herrera⁴

Resumo: A pesquisa propõe uma reflexão acerca da ideia de competência em informação como aliada do processo de empoderamento feminino, com vistas a delimitar um quadro teórico para investigações de gênero no âmbito da área de Ciência da Informação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, cujos resultados são oriundos de revisão bibliográfica de livros e artigos nacionais e internacionais. A discussão contempla algumas delimitações sobre o uso do termo empoderamento e aponta aproximações entre este processo e a competência em informação. As reflexões apresentadas evidenciam a importância de se utilizar a perspectiva feminista em estudos que busquem estabelecer princípios, diretrizes ou políticas públicas para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres, além de perceber esta competência como um processo que contribui ao empoderamento nos níveis individual e coletivo por qualificar a ação das mulheres.

Palavras-Chave: Competência em informação. Empoderamento. Mulheres.

Abstract: *This research proposes a reflection on the idea of information literacy as an ally of the female empowerment process, in order to define a theoretical framework for investigations of gender within the area of Information Science. This is a qualitative and exploratory research, whose results are derived from a bibliographic review of national and international books and*

¹ Uma versão simplificada deste texto foi submetida, avaliada, aprovada e apresentada no XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) em outubro de 2021. Se constitui numa das fases da pesquisa de doutorado em andamento “Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento”.

² Doutoranda em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
elianepellegrini@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5900-9753>.

³ Pós-doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
elizete.vitorino@ufsc.br. <https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>.

⁴ Doutora em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
karolyna.herrera@ufsc.br. <https://orcid.org/0000-0002-9524-9524>.

articles. The discussion contemplates some delimitations on the use of the term empowerment and points out approximations between this process and information literacy. The reflections presented here show the importance of using a feminist perspective in studies that seek to establish principles, guidelines, or public policies for the development of women's information literacy, in addition to perceiving this competence as a process that contributes to empowerment at the individual and collective levels by qualifying women's actions.

Keywords: *Information literacy. Empowerment. Women.*

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito de todo ser humano e um elemento que, em sua essência, é um instrumento de transformação (VITORINO; PIANTOLA, 2020; VITORINO, 2020) importante se devidamente utilizado, especialmente, para as populações mais vulneráveis, como as mulheres. A relação que se estabelece entre o acesso e uso da informação é, nos dias de hoje, complexa e muitas vezes prejudicial às pessoas: carregada de incertezas, ansiedades, manipulações, desinformação e outros fenômenos.

Os danos sofridos em função do excesso informacional ou mesmo da falta de acesso à informação, bem como pelas tensões associadas a esse fenômeno na sociedade contemporânea, oriundas da ausência de habilidades para o uso da informação, podem resultar nas pessoas o que Vitorino (2018) chama de vulnerabilidade em informação.

Além disso, percebemos que, se por um lado, modernas tecnologias da informação e comunicação oferecem possibilidades de desenvolvimento econômico e social, por outro, a produção, a circulação e a apropriação de informações ignora aspectos de bem-estar e de justiça social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2010), potencializando ou reforçando as desigualdades sociais e culturais já existentes (VICTORIANO, 2005).

Na visão de Castaño Collado (2008), as inovações tecnológicas não se espalham regularmente pelo mundo e entre as pessoas. E, mesmo quando elas detêm o acesso as tecnologias, podem não se tornar usuárias e menos ainda usuárias com habilidades avançadas. Geralmente, a barreira mais difícil de ultrapassar não é a do acesso às TIC e à informação, mas a do uso (CASTAÑO COLLADO, 2008), uma vez que as populações vulneráveis são as menos passíveis de usufruírem de oportunidades de aprendizagem em função de fatores econômicos, sociais e culturais.

O ato de buscar informações é um processo natural da espécie humana. Qualquer ação realizada por um ser humano é fruto da obtenção de uma informação ou de um conjunto de informações organizadas para alcançar um determinado objetivo. Entretanto, a pessoa privada de conhecimento teórico e prático pode saber o local onde se encontra a informação, porém terá grandes dificuldades de compreensão, podendo

desistir no meio do processo, sendo desta forma, excluída da sociedade do conhecimento (LECARDELLI; PRADO, 2006).

Assim, do ponto de vista social, se uma parte das mulheres não adota e/ou não conseguem usar as tecnologias e a informação, consideradas como recursos que, em princípio, contribuem para o desenvolvimento da democracia e para o aumento de oportunidades ao permitirem o contato com serviços de utilidade pública, como agências governamentais, postos de empregos, serviços comerciais e educacionais (SILVA; OLINTO, 2015), isso gera desigualdades econômicas e sociais, bem como, reforça as já existentes (VICTORIANO, 2005, CASTAÑO COLLADO, 2008). Em outras palavras, trata-se de uma via de mão dupla: as desigualdades sociais e de gênero⁵ agravam a exclusão digital e informacional que, por sua vez, reforçam as desigualdades já existentes.

A superação de situações de vulnerabilidade e das desigualdades sociais e de gênero, no contexto atual, requer um ambiente democrático onde as relações de poder sejam equilibradas. Assim, compreendemos a capacidade de buscar, receber e comunicar informação como parte essencial do direito de acesso à informação, fundamental à participação cidadã, ao desenvolvimento de uma sociedade democrática, à promoção dos direitos sociais (CUEVAS-CERVERÓ, 2020, p. 17, tradução nossa) e, principalmente, fundamental como um instrumento que favorece o empoderamento das mulheres em todos os níveis.

No que compete o empoderamento, as desigualdades no acesso e uso da informação impulsionaram, nos últimos anos, no campo da Ciência da Informação, o surgimento de diálogos que aproximam a ideia de competência em informação ao processo de empoderamento das pessoas. De acordo com Weiner (2012), há um consenso crescente entre pesquisadores da área e organizações mundiais de que a competência em informação e seus afins - alfabetização digital e mídia, pensamento crítico, aprendizagem ao longo da vida etc. -, são essenciais para esse processo.

⁵ O termo “gênero” é utilizado para designar as diferenças entre homens e mulheres e consiste em uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder. Enquanto categoria de análise, gênero é definido por Scott (1995, p. 75) como “uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”, ou seja, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.

Na visão do *Information Literacy Group* (ILG), “a competência em informação é empoderadora e supõe uma contribuição fundamental às sociedades democráticas, inclusivas e participativas” (SALES, 2020, p. 2, tradução nossa). Da mesma forma, a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA (UNESCO) sustenta que o empoderamento das pessoas por meio da competência em informação é um dos requisitos mais importantes para fomentar o acesso equitativo à informação e ao conhecimento e para promover meios e sistemas de comunicação livres, independentes e pluralistas (2017).

A temática do empoderamento aparece, inclusive, como pauta central das diretrizes propostas pela UNESCO para a formulação de políticas e estratégias de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Com relação a essa abordagem, argumenta-se que a “onipresença” da informação, da mídia, da internet e de outros provedores de informação requer uma ênfase maior no empoderamento das pessoas, garantindo, assim, que elas tenham habilidades, atitudes e conhecimentos que permitam sua interação crítica e eficaz com conteúdos de todas as formas de mídia e provedores de informação (GRIZZLE *et al.*, 2016). Além disso, a abordagem baseada em gênero e desenvolvimento reconhece que: mulheres e homens não têm o mesmo acesso à informação, às mídias e às novas plataformas tecnológicas em termos de uso, operação e posse, e isso precisa ser mudado; em âmbito nacional, mais atenção deve ser dedicada aos grupos em desvantagem para garantir que mulheres e homens tenham o mesmo acesso às competências da AMI, como uma forma de mudar o desequilíbrio observado acima; e, homens e mulheres devem ter participação igual no desenvolvimento e na implementação das políticas e estratégias da AMI (GRIZZLE *et al.*, 2016).

Sob esse prisma, compreendemos que para referir-nos ao empoderamento de mulheres por meio do desenvolvimento da competência em informação é importante delimitarmos o uso do termo em função do seu caráter polissêmico e das diferentes narrativas existentes sobre o desejo de empoderar as mulheres, que segundo Sardenberg (2006), advêm tanto do discurso acadêmico, quanto dos órgãos governamentais e não-governamentais, e até mesmo do próprio movimento de mulheres.

Além disso, para a elaboração de ações e programas ou para a proposição de políticas voltadas ao desenvolvimento da competência em informação das mulheres em âmbito brasileiro, há a premência de se desenvolver abordagens substantivas e contextuais, que considerem as condições sociais e culturais as quais elas estão submetidas em diferentes espaços, bem como, a necessidade fundamental de transformar as estruturas e equilibrar as relações de poder.

Dito isso, objetivamos neste artigo refletir acerca da ideia de competência em informação como aliada ao processo de empoderamento feminino, com vistas a delimitar um quadro teórico para investigações de gênero no âmbito da área de Ciência da Informação.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória. Os resultados aqui apresentados são oriundos de revisão bibliográfica. Foram recuperados e revisados em fontes de informação nacionais e internacionais livros que tratam de competência em informação, empoderamento e demais assuntos relacionados à pesquisa, bem como, artigos científicos. O levantamento de artigos científicos brasileiros ocorreu, principalmente, na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Para a recuperação de artigos publicados em fontes internacionais consultamos as bases: *Library and Information Science Abstracts* (LISA), especializada na área de Ciência da Informação, *Web of Science* (WoS) e Scopus, de conhecimento multidisciplinar que indexam periódicos das áreas de Ciências Sociais, Ciências Políticas, Ciências Humanas e Ciências Agrárias, relevantes para esta pesquisa. O acesso às bases internacionais se deu via Portal da Capes.

2 EMPODERAMENTO: CONCEPÇÕES E DELIMITAÇÕES

Empoderamento é a tradução livre e direta da palavra, em inglês, *empowerment* composta pelo substantivo *power* que, por sua vez, significa habilidade ou permissão para que alguém realize alguma coisa. O *empower* surgiu de uma adaptação do próprio idioma em inglês chamada *verbing*, ou verbo, e significa, ao pé da letra, dar poder ou habilidade a algo ou a alguém (BERTH, 2019). Assim, para falarmos do empoderamento de mulheres, consideramos fundamental, primeiramente, esclarecer qual é a ideia de

poder que norteia a compreensão do que falamos quando nos referimos a necessidade de emponderá-las.

Na visão de Foucault (1993), o poder não existe em si, não há, de um lado, os que têm o poder e, de outro, aqueles que se encontram dele destituído. O que existe são práticas ou relações de poder. Trata-se de algo que se exerce e que funciona como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado, mas se dissemina por toda a estrutura social. Assim, não devemos tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de uma pessoa sobre as outras, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula e que só funciona em rede. Isso nos leva também à compreensão de que o poder é uma prática social construída historicamente (BERTH, 2019).

Para Salvaro, Lago e Wolff (2013, p. 82), Foucault ressalta que “o sujeito humano está igualmente colocado em relações de produção e de poder. Relações de poder dizem de relações de força, de ação sobre ação e, fundamentalmente, da possibilidade de resistência”. Dessa forma, o exercício do poder para Foucault (1995 *apud* SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013), acompanhado de resistência, pressupõe a existência de sujeitos livres, uma vez que não há relação de poder onde as determinações estão saturadas. Assim, a escravidão, por exemplo, não é uma relação de poder, pois o sujeito está acorrentado.

Nessa perspectiva, o significado social do poder que norteia o processo de empoderamento aqui discutido refere-se à

[...] condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo

ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (BERTH, 2019, p. 21).

Poder também é definido por Batliwala (1994 *apud* SARDENBERG, 2006, online) como o “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia”. De acordo com esta autora, os recursos materiais incluem recursos físicos, humanos, financeiros, tais como: terra, água, corpos, mão de obra, dinheiro, acesso à dinheiro, crédito. Os recursos intelectuais correspondem ao conhecimento, à informação e as ideias. E, a ideologia refere-se à capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar determinadas quadros de crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos.

Com vistas aos significados aqui descritos, sob a perspectiva feminista e sob o olhar de Batliwala (2007, p. 570), o empoderamento das mulheres visa deslocar o poder social de três formas:

[...] desafiando as ideologias que justificam a desigualdade social (como gênero ou casta); mudando os padrões prevalentes de acesso e controle sobre os recursos econômicos, naturais e intelectuais; e, transformando as instituições e estruturas que reforçam e sustentam estruturas de poder existentes (família, Estado, mercado, educação, meios de comunicação etc.).

Essa finalidade do empoderamento está diretamente relacionada a sua origem emancipatória. De acordo com Baquero (2012), o termo tem suas raízes na reforma protestante, iniciada por Martinho Lutero no séc. XVI num movimento de protagonismo na luta por justiça social. Entretanto, a sua utilização crescente na Europa se deu a partir da década de 1960 com a eclosão dos movimentos sociais emancipatórios - dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente - relacionados ao exercício de cidadania e contra o sistema de opressão (BAQUERO, 2012).

Apesar da sua origem, na atualidade, o termo empoderamento tem sido usado para representar uma ampla gama de conceitos – autonomia, agência, status, poder econômico etc. –, frequentemente associados às mulheres com ênfases nem sempre bem demarcadas. É comum que esses conceitos se refiram à habilidade das mulheres de tomar decisões e proporcionar resultados importantes para si e para suas famílias, além da capacidade de alcançar o próprio bem-estar por meio de escolhas estratégicas

de vida (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002) sem, contudo, se referir a sua origem emancipatória (LEÓN, 2001).

Além disso, abordagens como as adotadas pelos órgãos governamentais e agências de desenvolvimento enfatizam o empoderamento individual em detrimento do coletivo. De acordo com León (2001), para aqueles que o utilizam na área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento é limitado ao senso de autoconfiança. Ele assume um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal, ou seja, 'fazer as coisas por si mesmo'. Esta é uma visão individualista, que leva a indicar como prioridade os sujeitos independentes e autônomos com um senso de autocontrole, desconsiderando as relações entre estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana dos indivíduos e grupos, desconectando-os do contexto sociopolítico, histórico, da solidariedade, da cooperação e o do significado de importar-se com o outro. A ideia de empoderamento individual pode ser uma ilusão simples e pura se não estiver conectada com o contexto e se não estiver relacionada a ações coletivas dentro de um processo político.

Corroborando este pensamento, Garrafa (2005, p. 127) ressalta que a ideia de empoderamento

[...] reporta à importância de perceber que as escolhas dos sujeitos sociais não podem ser marcadas apenas por uma visão míope e estereotipada de autonomia, que circunscreve a opção individual ao exercício narcísico e antropocêntrico, levando o pensamento em direção à questão do poder de uns e outros cidadãos em mundos desiguais. E se a desigualdade é construída no meio social - na formação do indivíduo - suplantá-la implica em reconhecer a relação inequívoca entre autonomia e responsabilidade.

Isso não significa dizer que a dimensão individual esteja alijada do processo, ao contrário. Nenhum comportamento está sob o controle completo e voluntário do indivíduo, mas é parte de padrões de vida socialmente construídos e culturalmente imbricados (ELIAS, 1994). Assim, empoderamento individual e coletivo, de acordo com Berth (2019), são duas faces indissociáveis do mesmo processo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. Compreendemos, contudo, que é no nível coletivo que o empoderamento leva as mulheres a perceberem

as injustiças muitas vezes naturalizadas e a pensarem estratégias para combater as fontes de iniquidades.

Sob essa perspectiva, para os estudos no âmbito da área de Ciência da Informação, é importante consideramos, com base em Kleba e Wendausen (2009), que o processo de empoderamento é dinâmico e envolve aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. A partir dos estudos de Marc A. Zimmerman sobre a teoria do empoderamento, Kleba e Wendausen (2009) argumentam que esse processo, para fins didáticos e avaliativos, pode ser compreendido a partir de três níveis interdependentes de dimensões da vida social: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política.

O empoderamento no nível pessoal ou psicológico envolve a mudança de mentalidade a partir da percepção das próprias forças, o que resulta em um comportamento de autoconfiança, além de, aumento da autonomia e da liberdade (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Para Baquero (2012, p. 176), trata-se da “habilidade das pessoas ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais”.

Na visão de Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento no nível psicológico ocorre quando a pessoa vivencia seu poder em situações de vulnerabilidade ou de ruptura. Por meio dessa vivência, ela reconhece recursos, que não são somente materiais, e possibilidades pessoais e/ou coletivas, além de sua capacidade de sair de uma posição de impotência e resignação, muitas vezes pré-determinada por um *script* social, convertendo esse conhecimento em ação social. Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar em seu cotidiano incertezas, adversidades e situações de risco.

O empoderamento no nível grupal ou organizacional “desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733), a partir da participação da pessoa em organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras (como parentesco, grupos de vizinhança, igrejas, entidades de serviços). Se reconhece nisso a possibilidade de indivíduos coletivos desenvolverem competências para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades e um pensamento reflexivo que qualifica a ação política. Além disso, essa participação

proporciona experiências de liderança compartilhada, tomada de decisão compartilhada, ações de comunicação e apoio eficazes, distribuição de papéis e responsabilidades segundo a capacidade de cada um, troca de informações e recursos, gestão adequada em função do crescimento e desenvolvimento organizacional (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Nesse sentido, Friedmann (1996 *apud* KLEBA; WENDAUSEN, 2009) ressalta que quanto maior o acesso à informação, ao conhecimento, à participação em organizações comunitárias e aos recursos financeiros, maior será a capacidade de estabelecer e alcançar objetivos coletivos.

Com relação ao terceiro nível de empoderamento, o estrutural ou político, Kleba e Wendausen (2009) observam que ele enfatiza a dimensão política da conformação da vida social. Entretanto, trata-se de “um processo conflituoso de redistribuição de poder político, em cujo percurso pessoas ou grupos renunciam a uma posição de dominação e se apropriam de habilidades de participação democrática e de poder político de decisão” (HERRIGER, 2006 *apud* KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 740).

A prática do empoderamento político “favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 733), mas requer um processo prévio de empoderamento social, ou seja, uma atmosfera favorável à participação efetiva de todos os cidadãos nas decisões políticas relevantes. E, nesse sentido, os governos local, estadual e nacional são atores essenciais na geração dessas estruturas e no desenvolvimento de estratégias de empoderamento.

Além disso, também são considerados parâmetros para o empoderamento estrutural, na visão de Stark (2006 *apud* (KLEBA; WENDAUSEN, 2009):

- a) uma cultura que permita que a pessoa se conscientize de que é parte de uma comunidade, ou seja, além da possibilidade de alcançar objetivos pessoais, ele reconhece que toda a comunidade pode ser beneficiada por meio de um trabalho conjunto;
- b) a disponibilização de informações, ideias e concepções sobre como solucionar problemas, bem como a organização de troca de experiências e pensamentos;

- c) a realização de rituais de transformação é importante para a articulação entre os recursos existentes, as pessoas e a comunidade, e possibilita maior valorização das ações coletivas e dos recursos transpessoais assim produzidos.

Com base nisso, percebemos que a interdependência entre as mudanças que ocorrem nesses três níveis é o que garante a consistência ao processo de empoderamento, que se concretiza no cotidiano das pessoas, espaço onde estas reconhecem e experienciam necessidades e potencialidades que as despertam e viabilizam o crescimento de habilidades individuais e coletivas, e no contexto social, espaço de desenvolvimento de estratégias de apoio mútuo e de auto-organização, que reforçam a consciência política por meio de ações sociais e viabilizam a participação coletiva nas decisões sociais e políticas (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Além disso, percebemos a dimensão informacional posta como requisito básico para os três níveis de empoderamento, uma vez que sem informação e novos conhecimentos não há mudança de mentalidade.

É com base nessas características que se considera o empoderamento como um instrumento de emancipação política e social, que “não se propõe a criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre as pessoas, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários” (BERTH, 2019, p. 22). Além disso, o ato de empoderar “não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, e sim de uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2019, p. 23).

É importante frisarmos também que o empoderamento não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos. Trata-se de um processo em que esses se empoderam a si mesmos. Isso significa que profissionais, ativistas, agentes externos etc. podem somente promover ações ou auxiliar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Essas ações externas são fundamentais, pois, conforme pontua Sardenberg (2006), a mudança interna não nasce ‘naturalmente’ dentro de uma condição de subordinação, ou de extrema vulnerabilidade. O processo de empoderamento tem que ser desencadeado por fatores ou forças induzidas externamente. No caso das mulheres, elas têm que ser

convencidas, ou se convencer do seu direito à igualdade, dignidade e justiça. Isso nos remete ao que diz Paulo Freire (1987, p. 29) no livro *Pedagogia do Oprimido*: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho”.

A partir dessas considerações sobre o processo de empoderamento, a seguir nos propomos a apontar algumas aproximações entre a competência em informação e o processo de empoderamento.

3 APROXIMAÇÕES ENTRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O PROCESSO DE EMPODERAMENTO FEMININO

A perspectiva que associa a competência em informação ao empoderamento das pessoas proposta por Gómez-Hernández e Saorín Pérez (2015) pode ser descrita como evolutiva, aberta, contextual, e que responde a uma necessidade sociocultural. Essa abordagem vincula-se a duas dimensões da vida cotidiana:

[...] as interações diárias que já estão sendo mais bem resolvidas com apoio na tecnologia - compra, troca, comunicação - e os desejos de participação na vida comunitária que reivindicam a cidadania - governo aberto, transparência, colaboração ou participação nos processos de tomada de decisão (GÓMEZ-HERNÁNDEZ; SAORÍN PÉREZ, 2015, p. 1, tradução nossa).

Além disso, para estes autores, a competência em informação e o empoderamento se relacionam ao ativismo cívico, à pluralidade ideológica e à demanda de regeneração de instituições, centrando-se no desenvolvimento das pessoas para uma vida comunitária mais autônoma, com capacidade de decisão e ação (GÓMEZ-HERNÁNDEZ; SAORÍN PÉREZ, 2015).

Para Bruce (2015), o empoderamento está no cerne da competência em informação. Em conjunto com a tecnologia e as mídias, a competência em informação contribui ao empoderamento das pessoas por sua ênfase ao aprendizado contínuo. A abordagem relacional proposta pela autora consiste na experiência de usar a informação para aprender em muitos contextos, comunidades e culturas. Em contextos específicos, a competência em informação pode ser experimentada de sete maneiras diferentes: 1) conscientização por meio da informação; 2) fontes de informação para

aprender; 3) usando de processos de informação para aprender; 4) conectando informações com necessidades de aprendizagem; 5) construindo uma base de conhecimento; 6) ampliando o conhecimento; e, 7) usando sabiamente a informação.

A abordagem de Bruce (2015) vai ao encontro dos estudos de Lloyd (2010, 2012), que considera a competência em informação como uma prática socialmente construída. Essa abordagem permite que as pessoas desenvolvam posições tanto subjetivas como intersubjetivas no cenário em que vivem. A competência em informação não é constituída por uma única maneira de ‘saber’ sobre informação, mas é um resultado das muitas formas de conhecer, que se interligam para formar a prática. Ela é limitada e se torna visível por meio da sua localização, portanto, ligada ao contexto social. Ela ganha significado e manifesta-se como ações e atividades centradas na informação e no conhecimento, moldadas pelas dimensões histórica, social, cultural, econômica e política. Compreender a competência em informação como prática social exige que compreendamos como a prática é formada e promulgada dentro de um local específico e por meio das interconexões que são feitas entre este local, o conhecimento, as pessoas e os objetos materiais criados ali (LLOYD, 2010).

Lloyd (2010) sugere ainda que o processo de se tornar competente em informação e o desenvolvimento de práticas de competência em informação se dá com base em entendimentos práticos (saber como fazer coisas, buscar informações em um ambiente específico), regras (formulações explícitas que orientam como uma coisa é feita) e estruturas tele afetivas (sentimentos ligados a tarefas) que caracterizam o contexto social onde surge a informação. Trata-se, portanto, de uma prática coletiva que não apenas conecta pessoas a aspectos racionais e instrumentais de seu desempenho, mas também aos aspectos corporais e afetivos que moldam a identidade e situam pessoas dentro de um contexto social (LLOYD, 2012).

Entendemos que essas abordagens colocam em foco a competência em informação enquanto um processo holístico, contextual e contínuo. Sob essa lógica, ela contribui ao empoderamento das pessoas à medida que possibilita que estas: desenvolvam a compreensão da realidade que as cerca; conheçam pontos de vista informados; quando apropriado, desafiem de forma credível e informada suposições e ortodoxias (incluindo as suas próprias), e até mesmo a autoridade; reconheçam

preconceitos e desinformação; e, desta forma, sejam cidadãs comprometidas, ativas e capazes de participar da vida democrática. Dessa forma, o processo de desenvolvimento dessa competência ajuda a lidar com a exclusão social, fornecendo aos grupos desfavorecidos, marginalizados ou vulneráveis os meios para dar sentido ao mundo em torno deles (SALES, 2020).

Em essência, percebemos que um dos pontos que liga a competência em informação ao empoderamento refere-se a estreita relação entre a informação e o significado de poder, discutido anteriormente.

Nesse interim, ao vislumbrar a informação sob os refletores da sociologia do conhecimento, Cardoso (1996) afirma que ela possui duas dimensões intrinsecamente conectadas: a pessoal e a coletiva.

A dimensão pessoal da informação manifesta-se pelo acervo de soluções e interpretações que acumulamos no desenrolar de nossa biografia, através daquilo que experienciamos e que nos fornece pistas para lidarmos com novas experiências. A dimensão coletiva identifica-se com fragmentos do conhecimento produzido desde que o mundo é mundo, ou seja, as sistematizações e interpretações de experiências disponibilizadas socialmente, ainda que não se possa deixar de destacar que tal disponibilização ocorre diversamente entre os indivíduos em função dos diferentes lugares que ocupam na estrutura social (CARDOSO, 1996, p. 72).

Estas duas dimensões interpenetram-se, uma vez que inexiste a informação independente de sua transmissão ou compartilhamento, que se faz pelo processo de comunicar. Além disso, é impossível que uma pessoa se desconecte da herança cultural comum ao grupo ao qual pertence. Por tanto, podemos considerar que a informação é uma prática intersubjetiva, um elo entre o produto do pensamento e o processo do pensamento (CARDOSO, 1996).

Neste sentido, Cardoso (1996) também entende a informação como instituinte da cultura, ao revelar novas alternativas possíveis para a ação, que se cristalizam em práticas a serem reconsideradas, reinterpretadas e reformuladas, possibilitando o aparecimento e a consolidação de outras manifestações culturais. Com base nisso, Vitorino (2020, p. 53) explica que “o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático”,

ainda que este dependa também “da capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos” (VITORINO, 2020, p. 53).

Cardoso (1996) acrescenta ainda, sob essa perspectiva, que a informação se constitui na energia de um processo auto gerativo de acercamento do saber. Nesse sentido, Costa e Farias (2021, p. 47) compreendem que a informação, quando recebida e interpretada pelo sujeito, “pode proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos para lidar com as mais diversas questões pessoais e sociais”.

A geração de conhecimentos pertinentes “remete sempre à intenção de agir, ou seja, a situações concretas nas quais um ou mais atores querem compreender um sistema para estabilizá-lo, fazê-lo evoluir ou, até mesmo, destruí-lo”, conforme afirma Perrenoud (2013, p. 36).

Nesse sentido, a capacidade de agir eficazmente, apoiando-se nos em conhecimentos gerados a partir da aquisição e processamento da informação, está presente no significado de competência, visto sob a perspectiva educacional que a coloca como produto da aprendizagem e fundamento da ação humana (PERRENOUD, 2013). Dessa forma, percebemos que a relação entre informação e empoderamento, tem como um de seus princípios a ação, ou a capacidade de agência.

Sob esse enfoque e tomando como base a teoria de Habermas, em que o conceito de razão se baseia na relação sujeito-objeto a partir da ação comunicativa, bem como a pedagogia da emancipação de Paulo Freire, que converge para um movimento de práxis transformadora da sociedade tendo a dialética como base, considerando o mundo real como intrinsecamente dialético e contextualmente histórico, Dudziak (2011) evidencia que “a competência em informação é concebida como mobilização para a transformação de si e da sociedade”.

Na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, o agir comunicativo refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (HABERMAS, 2012 *apud* BETTINE, 2021). Não se trata de uma estratégia para um fim, de um agir orientado por uma norma socialmente válida ou de uma performance, mas sim de uma relação social em busca do entendimento. Esse mecanismo baseia-se na construção do entendimento pela linguagem e diferencia-se do teleológico, porque busca o entendimento e o diálogo. As normas serão seguidas

com os sujeitos utilizando-as em favor de ambos, no intuito de construir consensos; desse modo, eles não estão representando, e sim buscando coordenar seus planos e, com isso, suas ações (BETTINE, 2021).

Essa teoria “pressupõe uma linguagem que transmite valores culturais, isto é, uma linguagem prática; o consenso é estabelecido pelas relações sociais e pelo conteúdo normativo, moral e ético que baliza as ações do agrupamento” (BETTINE, 2021, p. 24).

O domínio emancipatório, na visão de Dudziak (2011), significa exercer o autoconhecimento voltado para a mudança e aperfeiçoamento social que busca valores como a solidariedade, o respeito à individualidade, a liberdade e o comprometimento consigo mesmo e com o grupo. Isto envolve reconhecer-se como ser social e histórico, vendo a si mesmo a partir de sua biografia, seu papel social e suas expectativas.

O domínio da existência, para Freire (2001), associa-se ao domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores, no qual os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade. A ideia de libertação, de acordo com Garrafa (2005), implica em mais do que o simples reconhecimento da existência do poder. A liberdade aponta para o *locus* onde se instala a força capaz de obrigar à sujeição e a fragilidade manifesta-se na incapacidade de desvencilhar-se da submissão. Ao definir esses polos, na visão de Garrafa (2005), Freire identifica a oposição entre o cativo (privação do direito de escolha) e a libertação (o verdadeiro exercício da autonomia), assinalando que os sujeitos sociais são, eminentemente, atores políticos, cuja ação pode tanto manter como transformar o *status quo*. A categoria libertação desvela as posições de poder e permite pressupor uma tomada de posição no jogo de forças pela inclusão social.

Entretanto, somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se, desde que sua reflexão se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, a “consciência e a ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação” (FREIRE, 2001, p. 78).

A conscientização “envolve a constante clarificação do que fica escondido dentro de nós, enquanto nos movemos no mundo, não necessariamente tomando-o como

objeto de nossa reflexão crítica” (FREIRE, 2001, p. 110). Assim, Freire (2001) explica que a conscientização, implicando nesta reflexão crítica sobre a realidade social, não pode prescindir da ação transformadora, ou seja, a simples superação da percepção ingênua da realidade por uma crítica não é o bastante para que as classes oprimidas se libertem. Para que isso ocorra, elas necessitam organizar-se revolucionariamente e, da mesma forma, transformar a realidade como um todo.

Apesar da competência em informação ser um processo de concretização do potencial da pessoa, o seu ciclo, conforme descreve Dudziak (2011, p. 176), contempla atividades que vão desde a

[...] conscientização da necessidade da informação, a atitude de busca, a mobilização de conhecimentos e habilidades para a construção da estratégia de busca, a seleção de fontes de informação, a pesquisa sobre a informação necessária, a seleção dos dados e informações coletados, com base na reflexão e análise crítica, a organização e utilização dessa informação visando uma mudança de estado (desconhecimento para conhecimento), até chegar ao aprendizado com a produção de novos conhecimentos e reuso das informações em benefício da coletividade, tendo como base o aprendizado ao longo da vida.

Ao observarmos esse ciclo, percebemos que, quando pensamos em uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, o foco está no aprender, no refletir criticamente e na capacidade de agir das mulheres em prol do coletivo, a partir do processo cognitivo de aquisição de conhecimentos. A “capacidade de estabelecer relações (internas e externas), aprender por meio do diálogo, [...] e da ação comunicativa e intersubjetiva formam a base da competência em informação que visa a emancipação”, de acordo com Dudziak (2011, p. 178). Isso significa que “a superação do individualismo se dá pela busca de consensos obtidos pelo diálogo” (DUDZIAK, 2011, p. 178), e “o desenvolvimento das capacidades lógico-dialógicas permite a transformação da sociedade, operada pela mudança do indivíduo que preserva sua individualidade, para uma sociedade inclusiva, onde a cidadania tem papel preponderante” (DUDZIAK, 2011, p. 170).

Dito isso, compreendemos que quanto maior for o nível de habilidades informacionais, a capacidade de reflexão crítica, de comunicação e atuação das mulheres, mais acelerado e significativo será o processo de empoderamento, que

envolve aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais, (KLEBA; WENDAUSEN, 2009), bem como, o domínio dos recursos materiais, intelectuais e da ideologia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas nos permitem evidenciar alguns aspectos importantes a serem considerados em investigações que envolvam mulheres no âmbito da área de Ciência da Informação.

O primeiro aspecto refere-se à importância de, ao pensarmos no estabelecimento de princípios, diretrizes ou políticas públicas para o desenvolvimento da competência em informação, assentarmos as bases das investigações na perspectiva feminista. Esta perspectiva considera o empoderamento como sinônimo de emancipação social, assumindo uma postura de enfrentamento às desigualdades sociais e de gênero em prol do bem-estar das mulheres.

O segundo aspecto vai ao encontro da necessidade de demarcarmos o uso do termo empoderamento de modo a não compactuarmos com narrativas simplistas que contribuem para acomodar as mulheres “dentro das ordens sociais e de gênero existentes, que as colocam para trabalhar pelo desenvolvimento, em vez de fazer com que o desenvolvimento funcione para elas” (CORNWALL, 2018, p. 2).

O terceiro aspecto diz respeito a perceber a competência em informação como um processo que além de atuar no nível individual, por meio da conscientização das mulheres acerca da realidade social e das desigualdades de gênero, também qualifica a ação das mulheres contribuindo ao empoderamento coletivo, onde ocorrem ações efetivas na transformação das estruturas.

Acreditamos que no âmbito da área de Ciência da Informação, definida como uma ciência social, há espaço para estudos de cunho social cada vez mais significativos incluindo a perspectiva de gênero. Conforme mencionam Passos e Baltmann (2018, p.50), “a interação da sociedade com pautas de gênero é almejada em todas as esferas governamentais visando propósitos políticos de igualdade”. E, de acordo com o que observamos neste estudo, um dos caminhos para minimizar a vulnerabilidade em informação das mulheres e combater as desigualdades é por meio do desenvolvimento

da competência em informação.

Dessa forma, ressaltamos a relevância da reflexão aqui apresentada e sugerimos que pesquisas futuras sobre competência em informação na perspectiva de gênero atentem-se aos aspectos aqui mencionados e que o acesso à informação é um direito de todo ser humano.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social?: uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722/17099>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BATLIWALA, Srilatha. Taking the power out of empowerment: an experiential account. **Development in Practice**, Londres, v. 17, n. 4-5, p. 557-565, ago. 2007. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/25548253?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 31 jan. 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BETTINE, Marco. **A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas**: bases conceituais. São Paulo: Edições EACH, 2021. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/587/522/1987>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRUCE, Christiane Susan. Information literacy: understanding peoples' information and learning experiences. In: INTERNATIONAL SCIENTIFIC CONFERENCE "WESTERN BALKAN INFORMATION LITERACY", 12., 2015, Bihać. **Anais eletrônicos** [...]. Bihać: Kantonalna I Univerzitetska Biblioteka BIHAĆ, 2015. p. 11-16. Disponível em: <https://eprints.gut.edu.au/95696/3/95696.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/241/28#>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CASTAÑO COLLADO, Cecilia. La segunda brecha digital y las mujeres. **Telos**: Revista de Pensamiento, Sociedad y Tecnología, Madrid, p. 1-11, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://telos.fundaciontelefonica.com/archivo/numero075/la-segunda-brecha-digital-y-las-mujeres/?output=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CORNWALL, Andrea. Além do "Empoderamento Light": empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 52, nov.

2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000100202&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 31 jan. 2022.

COSTA, Daysene de Araújo; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Apropriação da informação, empoderamento e protagonismo social: análise da obra Quarto de Despejo. **RICI**: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 45 - 69, jan./abril de 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29288/28745>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. Acceso a la información para la ciudadanía: el modelo europeo de competencias digitales digcomp. In: FREIRE, Isa (org.). **Dez anos do LTI**: Laboratório de Tecnologias Intelectuais. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em:

<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/205/795/6959-1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Em busca da pedagogia da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p.166-183, jul./dez. 2011. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1925/pdf_8. Acesso em: 31 jan. 2022.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 202 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, DF, v.1, n. 2, p. 122-132, 2005. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/download/8066/6606/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José-Antonio; SAORÍN, Tomás. **Tendencias en programas de alfabetización informacional para empoderar a las personas y a las comunidades**: tecnologías sociales y nuevas prácticas ciudadanas. 2015. Disponível em:

http://eprints.rclis.org/28990/1/2016_VersionOpenAccess_Tendencias_empoderamiento_gomez_saorin.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Perspectivas em ética da informação: acerca das premissas, das questões normativas e dos contextos da reflexão. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. (org.). **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 147-163. Disponível em:

<http://ru.ffyl.unam.mx:8080/bitstream/10391/1328/1/teaching%20information%20ethics.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GRIZZLE, Alton *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília/DF: Unesco, 2016. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/8/246421POR.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LECARDELLI, Jane; PRADO, Noêmia Schoffen. Competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico no período de 2001 a 2005. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 21-46, dez. 2006. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_153ac4fd96_0008739.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, México, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LLOYD, Annemaree. Information literacy as a socially enacted practice: Sensitising themes for an emerging perspective of people-in-practice. **Journal of Documentation**, Reino Unido, v. 68, n. 6, p. 772-783, 2012. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=17062472>. Acesso em: 31 jan. 2022.

LLOYD, Annemaree. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, Reino Unido, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/00220411011023643>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth; BOENDER, Carol. **Measuring Women's Empowerment as a variable in international development**. Washington DC: Gender and Development Group of the World Bank, 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/486312-1095970750368/529763-1095970803335/malhotra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. UNESCO. **Alfabetización mediática e informacional**. Paris, 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/media-development/media-literacy/mil-as-composite-concept/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PASSOS, Mariana Faustino dos; BLATTMANN, Ursula. Pesquisadoras de gênero na Ciência da Informação. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália

Lima. (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 45-69.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes?** a escola que prepara para a vida. Porto Alegre: Penso, 2013.

SALES, Dora. Definición de alfabetización informacional de CILIP, 2018. **Anales de Documentación**, Murcia, v. 23, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.373811>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 25, p. 79-89, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsBMhtnCxPpP53t6kkrjh9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando "Empoderamento" na perspectiva feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES - PROJETO TEMPO, 1., Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Aline Gonçalves da; OLINTO, Gilda. Tecnologías de la información y comunicación, competencia en información e inclusión social en la biblioteca pública: un estudio en la Biblioteca Parque de Manguinhos. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 38, n. 3, p. 201-212, set./dez. 2015. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/28097/1/v38n3a5.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VICTORIANO, José Manuel Rodríguez. El conflicto entre la democratización del conocimiento y la globalización de la ignorancia en el capitalismo informacional: informar, comunicar, conocer. **Tempora**, [s.l.], n. 8, p. 79-96, dez. 2005. Disponível em: https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/21957/TM_8_%282005%29_04.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 jan. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "vulnerabilidade em informação". **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47 n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira. Construindo significados para a competência em informação. In: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado. (org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho: EDUFRO, 2020. Disponível em:

<http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Ed. UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212553/E-book%20Compet%3%aaancia%20em%20informa%c3%a7%c3%a3o%2031ago20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan. 2022.

WEINER, Sharon. A. Institutionalizing information literacy. **The Journal of Academic Librarianship**, [s.l.], v. 38, n. 5, p. 287-293, set. 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133312000766>. Acesso em: 29 abr. 2021.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.